

5. BATALHAO DE SUPRIMENTO

Termo de Referência 64/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
64/2026	160222-5. BATALHAO DE SUPRIMENTO	MARINA NAZARI DEMARCHI	15/04/2026 14:53 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	4/2026	64154.002386/2026-61

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº64154.002386/2026-61)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de polarímetro para dar continuidade as atividades do LIAB do 5º Batalhão de Suprimento, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Polarímetro Automático Digital de bancada , Polarímetro automático digital com comprimento de onda de 589 nm, óptico servo-controlado e nulo de balanceamento fotoelétrico. Digitalmente exibe a magnitude e sinal de ângulos através dos quais substâncias opticamente ativas polarizam a luz linearmente. Todas as operações podem ser realizadas em condições de iluminação ambiente normal e o operador está completamente livre de esforço visual e	629780	Un	1	R\$ 113.264,00	R\$ 113.264,00

	<p>manual. Os controles operacionais são simples e todas as outras funções são totalmente automáticas.</p> <p>Especificações Técnicas:</p> <p>Características e especificações:</p> <p>1. Modos de medição: Single e múltiple</p> <p>2. Escalas de medição: rotação óptica, rotação Específica, Rotação Específica Plus, Concentração, o Z (ISS) e Escala Definida pelo Usuário</p> <p>3. Faixa de medição: <math>\pm 89,9</math> (Rotação Óptica) e <math>\pm 250</math>oZ (ISS)</p> <p>4. Resolução: 0,01oZ (ISS); 0,01°Arco (Rotação Óptica)</p> <p>5. Reprodutibilidade: 0,01oZ (ISS); 0,01°Arco (Rotação Óptica)</p> <p>6. Exatidão: <math>\pm 0,01</math>oArco (Rotação Óptica); <math>\pm 0,03</math> oZ (ISS)</p> <p>7. Prisma: Glan Thompson calcita de quartzo ou cristal de bário borato de alta temperatura com revestimento UV e transparência. Garantia vitalícia nos polarizadores</p> <p>8. Comprimento de onda óptico: 589nm</p> <p>9. Interface de comunicação portas USB e 01 porta Ethernet.</p> <p>10. Sistema operacional.</p> <p>11. Faixa de temperatura de medição da sonda: <math>+10</math>oC a <math>+100</math>oC e precisão da medição da sonda de temperatura: <math>\pm 0,2</math> o C</p> <p>12. Tempo de medição: 5 medições em menos de 25 segundos (média)</p> <p>13. Fonte de Luz: LED ou tungstênio-halogênio 6 V, 20 W (2000 horas de vida útil). Conforme opção escolhida pelo cliente.</p> <p>14. Câmara de amostra:</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--

Trabalha com tubos de amostras de até 200 mm

15. Calibração:  
Calibração automática via touchscreen

16. Display: 8" cor, 800x600 pixel resolução com 400 pontos de brilho

17. Interface do usuário: Touchscreen sensível ao toque

18. Controle automático de sensibilidade:  
Medidas de amostras com transmitância tão baixas como 0,01% até 4,0 O.D. (densidade óptica)

19. Força de entrada: 100-240 V, 50/60 Hz

20. Funções Calendário / Relógio: relógio alimentado por bateria, data e hora enviada para o computador e impressora.

21. Câmera de amostra co resistência a ácidos

22. Dimensões: 62 cm x 32 cm x 45 cm  
Peso: 19 Kg

23. Tubo polarimétrico de 200 mm de comprimento em aço inox com funil de alimentação de fluxo contínuo, com diâmetro interno de 8,5 milímetros e 15 ml de volume. Inclui sensor de temperatura. Todas as células são de INOX e possuem garantia vitalícia contra QUEBRA.

24. Placa de Quartzo composta de uma lente direita transformando a placa de quartzo com uma rotação óptica aprox. +34° ou +34,5 o a 589nm ou aprox. +98°Z ou 99,6°Z a 589nm com ± 2oZ.  
Placas de quartzo são calibrados e são rastreáveis ao Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia (NIST).  
As placas de quartzo

	fornecem uma maneira de garantir a precisão do instrumento e são altamente recomendadas pela fábrica.O rótulo da placa de quartzo mostra °Z rotação em ambos 589nm 880nm.					
VALOR TOTAL: R\$ 113.264,00						

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000256/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025
- III) Id do item no PCA: 692
- IV) Classe/Grupo: 3590
- V) Identificador da Futura Contratação: 160222-4/2026

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. **Baixo Consumo de Energia:** O equipamento deve possuir tecnologia e sistema de iluminação de alta eficiência (como fonte de luz em LED de sódio), que reduz o consumo elétrico e aumenta a vida útil do componente em comparação a lâmpadas convencionais, em conformidade com as metas de eficiência energética da Administração Pública.

4.1.2. **Logística Reversa e Descarte Adequado** A contratada deverá responsabilizar-se pelo recolhimento e destinação ambientalmente correta do equipamento e seus componentes eletrônicos ao final de sua vida útil, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), evitando o descarte inadequado de metais pesados e placas de circuito.

**4.1.3. Durabilidade e Manutenibilidade** A solução deve priorizar equipamentos com alta durabilidade e facilidade de substituição de peças, visando a extensão do ciclo de vida do bem e a redução da geração de resíduos tecnológicos por obsolescência precoce.

### **Subcontratação**

**4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento do empenho, em remessa única.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (Dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/03/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.3. O fornecimento do objeto será integral

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10.% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

9.31. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

9.31.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. Fornecimento de equipamentos de medição óptica ou instrumentos analíticos de precisão para laboratórios, compatíveis em características técnicas com o objeto desta licitação;

9.32.1.2. Comprovação de execução de contrato anterior em quantidade mínima de **50% (cinquenta por cento)** do objeto licitado, demonstrando capacidade operacional para o fornecimento de instrumentação científica; e

9.32.1.3. Demonstração de aptidão no fornecimento de bens que exijam suporte técnico e garantia de fábrica, assegurando a confiabilidade do material permanente entregue

### Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 113.264,00 (CENTO E TREZE MIL, DUZENTOS E SESENTA E QUATRO REAIS), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 160222
- II) Fonte de recursos: 1000000000
- III) Programa de trabalho: 171397
- IV) Elemento de despesa: 449052
- V) Plano interno: E6SUPLJA6OP

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

Não é o caso.


14. ANEXO II

Não é o caso.


15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).


**ESTEVAN ROGERIO FERREIRA DE BORBA**  
Ordenador de despesa

Documento assinado digitalmente  
 **ADRIANA MENDONCA GALLOTTI**  
Data: 23/04/2026 11:43:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ADRIANA MENDONCA GALLOTTI**  
Chefe do LIAB

Documento assinado digitalmente  
 **MARINA NAZARI DEMARCHI**  
Data: 22/04/2026 15:05:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MARINA NAZARI DEMARCHI**  
Adjunto do LIAB

Documento assinado digitalmente  
 **GIOVANI KROCHESKI**  
Data: 22/04/2026 14:33:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**GIOVANI KROCHESKI**  
Aux do LIAB

5. BATALHAO DE SUPRIMENTO

Estudo Técnico Preliminar 79/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 64154.002386/2026-61

2. Descrição da necessidade

2.1 O 5º Batalhão de Suprimento, Batalhão General Antônio Felipe Xavier de Barros, data do dia 24 de maio de 1934, através do Decreto nº 24.287, com a criação do Serviço de Subsistência Militar, unidade diretamente subordinada a 5ª Região Militar. Ao longo dos mais de 87 anos de vida, sua designação foi alterada em diversas oportunidades, sendo chamado de Serviço de Subsistência Militar para Estabelecimento de Subsistência da 5ª Região Militar. Foram extintos o Depósito Regional de Subsistência/5 (DRS/5), o Depósito de Material de Intendência/5 (DRMI/5) e o Depósito de Material de Saúde/5(DRS/5), passando a constituírem juntos, nesta mesma sede de Curitiba-PR, o 5º Batalhão de Suprimento. Nesta transformação, o Batalhão assume os encargos referentes às atividades desenvolvidas pelos extintos Depósitos Regionais. Cabe salientar que suas instalações são da mesma data de sua criação, passando apenas por manutenções. O 5º Batalhão de Suprimento situa-se no Centro de Curitiba, na Av Silva Jardim 110, esquina com a Av João Negrão. Ademais, o mesmo possui uma companhia de suprimento destacada na cidade de Palmeira - Paraná, distante a 87 Km de sua sede. No total, esta Unidade Militar possui como área útil com cerca de 17.000.000 (dezesete milhões) de metros quadrados que devem ser mantidas e mantidas, tornando-o maior batalhão operacional do Sul do País. Seus quadros são compostos por aproximadamente 390 militares. Ademais, é imperioso destacar que esta Organização Militar apoia com alimentação diversos militares de outras Unidades. O 5º B Sup é uma Organização Militar do tipo Órgão Provedor (OP), cujo DNA reside na logística, na missão de adquirir, receber, inspecionar e analisar a bromatologia de alimentos, contabilizar, distribuir e controlar os mais variados itens de suprimento, tais como gêneros de alimentação, fardamento, materiais farmacológico, odontológico, veterinário e médico hospitalar, além de suprir as necessidades de peças e conjuntos de armamento e munições. Ressalta-se que este Órgão Provedor tem como incumbência realizar o apoio citado acima para 52 Unidades Militares e 19 Tiros de Guerra, que estão localizados nos estados do Paraná e Santa Catarina, apoiando um efetivo de aproximadamente 18.000 pessoas, dentre militares e civis. Para cumprir essa missão, o mesmo dispõe de uma frota 50 viaturas, dentre as operacionais e administrativas, que rodam cerca de 200.000,00 (duzentos mil) Km anuais. Ainda assim possui 07 câmaras frias para armazenamento de gêneros alimentícios “frigo” e diversos depósitos para armazenagem de suprimentos supracitados; depósitos estes que carecem de manutenção constante tendo em vista assegurar a segurança de variada gama de itens e pelo fato do Batalhão ser o fiel depositário dos mesmos.

2.2 O 5º Batalhão de Suprimento é um Órgão Provedor (OP) responsável por estocar e distribuir toneladas de alimentos que são analisados por ano no Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB), dentre gêneros secos e frigorificados. os quais são definidos como Quantitativo de Subsistência (QS), conforme dados atualizados de 2025 abaixo:

TOTAL INSPECIONADO								
TOTAL		ORIGEM ANIMAL		ORIGEM VEGETAL		DIVERSOS	RAÇÃO OPERACIONAL	
Kg	1.815.419	Kg	1.195.772	Kg	669.123	0	Un	30.544
L	60.347	L	-	L	60.347	0		

2.3 O Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB/5) possui como atribuição a realização de análises laboratoriais e inspeções técnicas em gêneros alimentícios destinados ao consumo da tropa e ao atendimento das demandas administrativas do 5º Batalhão de Suprimento, garantindo o cumprimento das normas sanitárias e dos padrões de qualidade exigidos pelos órgãos competentes. No ano de 2025, foram realizadas 170 análises de artigos, demonstrando a elevada demanda de trabalho e a importância do laboratório na manutenção do controle de qualidade dos gêneros alimentícios recebidos e distribuídos.

2.4 Nesse contexto, verifica-se a necessidade de aquisição de material permanente, especificamente um polarímetro, equipamento essencial para a execução de ensaios laboratoriais que demandam a medição da rotação óptica, possibilitando a determinação da pureza e da concentração de açúcares, parâmetros físico-químicos fundamentais para a avaliação da conformidade de diversos insumos.

2.5 O referido equipamento é indispensável para manter a capacidade operacional do LIAB/5, assegurando a continuidade das análises técnicas em artigos como o açúcar (cristal e refinado) e outros produtos sacarídeos, os quais necessitam de procedimentos específicos de polarimetria para a verificação do teor de sacarose e detecção de possíveis adulterações, conforme preconizado nas normas técnicas de inspeção.

2.6 A ausência desse equipamento compromete diretamente a execução das análises rotineiras do laboratório, especialmente o cumprimento do BT 30.404-19, que estabelece os padrões para a análise do artigo açúcar quanto à polarização. Tal carência pode gerar atrasos na emissão de laudos, prejuízo ao controle sanitário dos produtos recebidos e impacto negativo na garantia da segurança alimentar, tornando necessária a aquisição do polarímetro para assegurar a continuidade e confiabilidade dos serviços prestados pelo LIAB/5.

2.7 Ressalta-se que o açúcar constitui gênero alimentício amplamente consumido e frequentemente adquirido para atendimento das necessidades da tropa, sendo item presente de forma recorrente no abastecimento e nas rotinas de fornecimento de alimentação, compondo a base de diversos preparos culinários.

2.8 Dessa forma, este produto não pode deixar de ser analisado, pois é considerado de grande relevância para o controle de qualidade e segurança alimentar, uma vez que pode apresentar variações em sua composição, além de estar sujeito a riscos de fraude por adição de substâncias estranhas ou não conformidade com os índices de pureza exigidos pelo Quadro de Suprimento (QS).

2.9 As análises laboratoriais por meio da polarimetria permitem verificar se os produtos recebidos atendem aos parâmetros estabelecidos em normas técnicas e sanitárias vigentes, garantindo que estejam aptos para consumo e evitando possíveis prejuízos à saúde dos militares, bem como assegurando o correto emprego dos recursos públicos destinados à aquisição de gêneros alimentícios.

2.9.1 Portanto, a manutenção da capacidade analítica do LIAB/5 é indispensável, sendo essencial a disponibilidade de equipamentos adequados, como o polarímetro, para assegurar a continuidade das análises deste artigo e a confiabilidade dos resultados laboratoriais em estrita observância à legislação vigente.

2.9.2 Para comprovar a necessidade da aquisição, segue uma tabela do histórico de análise desses artigos:

ARTIGO ANALISADO	QUANTIDADE ANALISADA	PERCENTUAL DENTRO DE 170 ARTIGOS
ÁÇUCAR	10	5,88%
TOTAL DE ARTIGOS	1	5,88%

2.9.3 Para a viabilização desta aquisição, optou-se pela realização de Pregão, em sua forma eletrônica, em detrimento do uso da dispensa de licitação ou da adesão a atas de registro de preços (carona). Tal escolha fundamenta-se na natureza do objeto, classificado como bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado. A utilização do pregão eletrônico visa garantir a ampliação da competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração por meio da disputa pública, assegurando a transparência e a isonomia inerentes ao processo licitatório, conforme os ritos da Lei nº 14.133/2021.

2.9.4 Diferente da modalidade de dispensa por valor, o pregão eletrônico permite que um maior número de fornecedores participe da disputa, o que favorece a economicidade e a seleção de equipamentos com melhor suporte técnico e garantias, fundamentais para a precisão exigida no LIAB/5. Ademais, após consulta aos sistemas de compras públicas, não foram encontradas Atas de Registro de Preços vigentes (carona) ou Intenções de Registro de Preços (IRP) que atendessem às especificidades técnicas detalhadas no BT 30.404-19, tornando o procedimento licitatório próprio o caminho mais adequado para assegurar que o polarímetro adquirido atenda rigorosamente aos requisitos de análise de polarização do açúcar.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
LIAB/5	MAJ ADRIANA MENDONÇA GALLOTTI
LIAB/5	3ºSGT GIOVANI KROCHESKI

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Para atendimento das necessidades operacionais do Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB/5), faz-se necessária a aquisição de material permanente, especificamente um polarímetro, destinado à realização de análises laboratoriais de gêneros alimentícios, garantindo a continuidade das atividades técnicas e o cumprimento das exigências normativas aplicáveis, em especial o BT 30.404-19.

4.2 O equipamento a ser adquirido deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Tipo de equipamento: Polarímetro, com medição automática de rotação óptica.
- Finalidade: Utilização em procedimentos laboratoriais para análises físico-químicas de sacarídeos, permitindo a determinação do grau de pureza e polarização do açúcar e outros produtos que exijam a medição do desvio da luz polarizada.
- Controle e precisão: Possuir sistema de leitura de alta precisão, com resolução compatível com as normas técnicas de inspeção, garantindo resultados rastreáveis e estabilidade na medição.

- Faixa de medição: Capacidade de leitura em escala circular (graus arc) e/ou Escala Internacional de Açúcar (°Z), adequada para as rotinas de bromatologia e inspeção de alimentos.
- Sistema de detecção: Fonte de luz de longa vida útil (como LED de sódio) e sensores fotométricos que eliminem a subjetividade do operador na leitura das amostras.
- Segurança operacional: Gabinete robusto e compartimento de amostras protegido, garantindo a integridade dos componentes ópticos e a segurança do operador durante o manuseio de tubos de observação.
- Alimentação elétrica: Compatível com a rede elétrica disponível na Organização Militar (110V ou 220V), com proteção contra variações de tensão.
- Acessórios e itens inclusos: Fornecimento acompanhado de tubos de polarimetria (diversos tamanhos), manual técnico e de operação em língua portuguesa, e cabos de conexão necessários.
- Garantia e assistência técnica: Possuir garantia mínima de fábrica e suporte técnico nacional, com disponibilidade para calibração, manutenção corretiva e fornecimento de peças de reposição.
- Conformidade técnica: O equipamento deverá estar em conformidade com as normas técnicas internacionais (como as da ICUMSA, se aplicável) e apresentar certificações de qualidade do fabricante.
- Entrega e instalação: O fornecedor deverá realizar a entrega do equipamento em perfeitas condições, devidamente embalado, acompanhado da documentação fiscal e certificados de calibração de fábrica.
- Treinamento/orientação: Deverá ser disponibilizado treinamento ou orientação técnica básica para a operação correta do software/painel e calibração do equipamento, assegurando o uso adequado e a durabilidade do bem.

4.3 Dessa forma, a contratação visa garantir a aquisição de equipamento permanente compatível com as demandas do LIAB/5, assegurando a continuidade e confiabilidade das análises laboratoriais executadas, bem como contribuindo para o rigoroso controle de qualidade do açúcar e demais gêneros destinados ao consumo da tropa.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 Para subsidiar a presente contratação, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar soluções de polarimetria que atendessem às especificidades técnicas do Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB/5), bem como obter estimativas de preços condizentes com a tecnologia exigida.

5.2 Inicialmente, buscou-se referências de preços por meio do Pannel de Preços (Compras.gov.br) e de sítios eletrônicos especializados. Entretanto, não foram localizadas atas de registro de preços vigentes ou contratações recentes que contemplassem integralmente as especificações técnicas e de precisão exigidas pelo BT 30.404-19 para a análise de polarização do açúcar, resultando em uma amostragem insuficiente e tecnicamente incompatível com a necessidade desta Organização Militar.

5.3 A pesquisa de preços observou a priorização dos parâmetros previstos no art. 5º da IN SEGES nº 65/2021. Inicialmente foram realizadas consultas ao Pannel de Preços e ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não sendo identificadas contratações recentes com especificações técnicas equivalentes à precisão exigida para análises bromatológicas conforme BT 30.404-19. Diante da ausência de dados comparáveis, adotou-se o parâmetro IV (pesquisa direta com fornecedores), mediante solicitação formal de propostas comerciais a empresas especializadas em instrumentação científica. O valor estimado foi obtido a partir da média dos preços válidos coletados, desconsiderando-se valores discrepantes, conforme boas práticas da IN 65/2021.

5.4 A priorização do Parâmetro IV permitiu identificar fornecedores especializados aptos a atender aos requisitos de estabilidade e resolução do polarímetro, fornecendo dados precisos para a composição do valor estimado da contratação. Tal medida assegura que o preço de referência reflita a realidade de um mercado restrito de instrumentação científica de alta precisão, garantindo a eficiência do processo licitatório e evitando o risco de aquisição de equipamentos tecnicamente defasados ou incompatíveis com as rotinas do LIAB/5.

5.5 Foram encontrados 3 orçamentos das seguintes empresas:

- MURILO TOSATTI MAGALHÃES - ME CNPJ: 29.034.312/0001-06
- ALTANALITICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ: 25.033.315/0001-66
- RUDOLPH RESEARCH ANALYTICAL CNPJ: 28.677.435/0001-94

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução proposta consiste na aquisição de um polarímetro, classificado como material permanente, a ser incorporado ao patrimônio e à estrutura operacional do Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB/5), visando ampliar e manter a capacidade técnica do laboratório no cumprimento de suas atribuições institucionais.

6.2 O equipamento será empregado na execução de análises laboratoriais essenciais ao controle de qualidade de gêneros alimentícios destinados ao consumo da tropa, permitindo a medição da rotação óptica para determinação da pureza de açúcares e sacarídeos, etapas indispensáveis para assegurar a confiabilidade dos resultados e o estrito atendimento ao BT 30.404-19 e demais normas sanitárias vigentes.

6.3 O polarímetro apresenta como principal característica a leitura automatizada da atividade óptica, garantindo maior precisão, sensibilidade e repetibilidade nos ensaios. Essa funcionalidade elimina a subjetividade do operador na interpretação dos resultados e aumenta a eficiência na rotina do laboratório, permitindo a padronização dos procedimentos técnicos e a detecção precisa de adulterações no açúcar.

6.4 A aquisição deste equipamento visa mitigar riscos decorrentes da indisponibilidade de meios adequados para a execução de ensaios de polarização, evitando a interrupção das atividades de inspeção, atrasos na emissão de laudos de conformidade e prejuízos ao fluxo logístico de suprimento. Dessa forma, contribui diretamente para a preservação da segurança alimentar da tropa e para a correta aplicação dos recursos públicos.

6.5 Ressalta-se que a escolha desta solução foi subsidiada por levantamento de mercado que, após tentativa frustrada de obter referências via Paineis de Preços e sítios eletrônicos devido à especificidade do item, demandou a adoção do Parâmetro IV. Tal medida, por meio de consultas diretas a empresas especializadas, permitiu a obtenção de informações técnicas e estimativas de preços compatíveis com a alta tecnologia exigida pela inspeção bromatológica.

6.6 Diante do exposto, conclui-se que a aquisição do polarímetro constitui solução adequada, viável e necessária, garantindo a modernização e continuidade das atividades laboratoriais, fortalecendo a infraestrutura do LIAB/5 e assegurando a execução eficiente das análises de inspeção de alimentos.

6.7 Ressalta-se, ainda, que a empresa vencedora do certame deverá ser responsável pela entrega do equipamento nas dependências do LIAB/5, bem como pela montagem e verificação inicial de funcionamento do polarímetro, garantindo sua calibração conforme as especificações do fabricante.

6.8 Tal medida visa assegurar a qualidade, precisão e operacionalidade do material adquirido, reduzindo riscos de falhas técnicas e garantindo que o bem seja disponibilizado em condições adequadas para utilização imediata, com a devida rastreabilidade dos resultados laboratoriais emitidos por esta Organização Militar.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base na necessidade atual do Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB/5), considerando a demanda operacional do laboratório, a capacidade instalada e a finalidade específica do equipamento para a execução de análises de polarimetria.

7.2 Dessa forma, verificou-se que a aquisição de 01 (uma) unidade de polarímetro é suficiente para atender plenamente às atividades laboratoriais previstas, uma vez que o equipamento será empregado como meio principal de execução de ensaios que exigem a medição da rotação óptica (polarização), sendo essencial para o cumprimento do BT 30.404-19 e para garantir a continuidade, eficiência e confiabilidade nas análises de açúcares e sacarídeos.

7.3 Ressalta-se que a quantidade estimada contempla a necessidade imediata da Organização Militar, não se caracterizando como aquisição excessiva, mas sim como medida indispensável para assegurar a manutenção das atividades técnicas do LIAB/5 e a adequada execução do controle de qualidade dos gêneros alimentícios destinados ao consumo da tropa.

Segue a tabela com o quantitativo a ser adquirido por esta Organização Militar:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
	Polarímetro Automático Digital de bancada , Polarímetro automático digital com comprimento de onda de 589 nm, óptico servo-controlado e nulo de balanceamento fotoelétrico. Digitalmente exibe a magnitude e sinal de ângulos através dos quais substâncias opticamente ativas polarizam a luz linearmente. Todas as operações podem ser realizadas em condições de iluminação ambiente normal e o operador está completamente livre de esforço visual e manual. Os controles operacionais são simples e todas as outras funções são totalmente automáticas. Especificações Técnicas: Características e especificações:		

01	<p>1. Modos de medição: Single e múltiplo</p> <p>2. Escalas de medição: rotação óptica, rotação Específica, Rotação Específica Plus, Concentração, o Z (ISS) e Escala Definida pelo Usuário</p> <p>3. Faixa de medição: <math>\pm 89,9</math> (Rotação Óptica) e <math>\pm 250</math> oZ (ISS)</p> <p>4. Resolução: 0,01oZ (ISS); 0,01°Arco (Rotação Óptica)</p> <p>5. Reprodutibilidade: 0,01oZ (ISS); 0,01°Arco (Rotação Óptica)</p> <p>6. Exatidão: <math>\pm 0,01</math>oArco (Rotação Óptica); <math>\pm 0,03</math> oZ (ISS)</p> <p>7. Prisma: Glan Thompson calcita de quartzo ou cristal de bário borato de alta temperatura com revestimento UV e transparência. Garantia vitalícia nos polarizadores</p> <p>8. Comprimento de onda óptico: 589nm</p> <p>9. Interface de comunicação portas USB e 01 porta Ethernet.</p> <p>10. Sistema operacional.</p> <p>11. Faixa de temperatura de medição da sonda: <math>+10</math>oC a <math>+100</math>oC e precisão da medição da sonda de temperatura: <math>\pm 0,2</math> o C</p> <p>12. Tempo de medição: 5 medições em menos de 25 segundos (média)</p> <p>13. Fonte de Luz: LED ou tungstênio-halogênio 6 V, 20 W (2000 horas de vida útil). Conforme opção escolhida pelo cliente.</p> <p>14. Câmara de amostra: Trabalha com tubos de amostras de até 200 mm</p> <p>15. Calibração: Calibração automática via touchscreen</p> <p>16. Display: 8'' cor, 800x600 pixel resolução com 400 pontos de brilho</p> <p>17. Interface do usuário: Touchscreen sensível ao toque</p> <p>18. Controle automático de sensibilidade: Medidas de amostras com transmitância tão baixas como 0,01% até 4,0 O.D. (densidade óptica)</p> <p>19. Força de entrada: 100-240 V, 50/60 Hz</p> <p>20. Funções Calendário / Relógio: relógio alimentado por bateria, data e hora enviada para o computador e impressora.</p> <p>21. Câmera de amostra co resistência a ácidos</p> <p>22. Dimensões: 62 cm x 32 cm x 45 cm Peso: 19 Kg</p> <p>23. Tubo polarimétrico de 200 mm de comprimento em aço inox com funil de alimentação de fluxo contínuo, com diâmetro interno de 8,5 milímetros e 15 ml de volume. Inclui sensor de temperatura. Todas as</p>	UN	1
----	---	----	---

	<p>células são de INOX e possuem garantia vitalícia contra QUEBRA.</p> <p>24. Placa de Quartzo composta de uma lente direita transformando a placa de quartzo com uma rotação óptica aprox. +34° ou +34,5 o a 589nm ou aprox. +98°Z ou 99,6°Z a 589nm com ± 2oZ.</p> <p>Placas de quartzo são calibrados e são rastreáveis ao Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia (NIST).</p> <p>As placas de quartzo fornecem uma maneira de garantir a precisão do instrumento e são altamente recomendadas pela fábrica.O rótulo da placa de quartzo mostra °Z rotação em ambos 589nm 880nm.</p>		
--	--	--	--

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 113.264,00

8.1 De acordo com a pesquisa de preço e com a quantidade estimada, o valor estimado da contratação é de R\$ 113.264,00 ( CENTO E TREZE MIL, DUZENTOS E SESENTA E QUATRO REAIS).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Não há necessidade de parcelamento da presente aquisição, tendo em vista que o objeto consiste na compra de um único equipamento, classificado como material permanente, cuja funcionalidade depende do fornecimento integral do bem.

9.2 O parcelamento não se mostra vantajoso, pois poderia comprometer a compatibilidade técnica do equipamento, além de dificultar a logística de entrega, instalação e garantia, podendo gerar riscos quanto à qualidade, funcionamento e responsabilização do fornecedor.

9.3 Dessa forma, recomenda-se a aquisição de forma única e integral, garantindo maior eficiência administrativa, padronização do fornecimento, segurança operacional e pleno atendimento à necessidade do Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB/5).

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a inviabilidade e contratação desta demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações desta Unidade Gerenciadora, baseando nos objetivos apontados no Plano de Gestão.

## 12. Memória de Cálculo

12.1 Conforme registros internos do Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB/5), foram realizadas 170 análises laboratoriais no ano de 2025, relacionadas às atividades de inspeção e controle de qualidade de gêneros alimentícios destinados ao consumo da tropa.

12.2 Dentre essas análises, verificou-se que 10 análises laboratoriais demandaram procedimentos específicos que exigem o uso de equipamento do tipo polarímetro, principalmente para processos de polarização do açúcar.

ARTIGO ANALISADO	QUANTIDADE ANALISADA	PERCENTUAL DENTRO DE 170 ARTIGOS
ÁÇUCAR	10	5,88%
TOTAL DE ARTIGOS	10	5,88%

12.3 A demanda anual efetiva registrada que depende diretamente do equipamento é:

- Total de análises realizadas em 2025: 170
- Análises que necessitaram de polarímetro: 10

12.4 Considerando o tempo médio necessário para execução de um ciclo de análise em polarímetro (preparação da amostra, clarificação e leitura óptica), estima-se uma duração aproximada de:

- 10 minutos por análise (média operacional de leitura)

12.5 Cálculo da carga anual de operação:

- 10 análises x 10 minutos = 100 minutos / ano

12.6 Mesmo com quantitativo menor em comparação às demais análises laboratoriais, as análises que dependem do polarímetro são críticas para a obtenção de resultados confiáveis e para o cumprimento das rotinas de inspeção bromatológica, especificamente para atender ao BT 30.404-19 quanto à polarização do açúcar.

12.7 A ausência do equipamento no LIAB/5 pode acarretar:

- atraso na emissão de laudos de conformidade;
- comprometimento do controle de qualidade de açúcares e sacarídeos;
- dependência de apoio externo ou de outras Organizações Militares;
- risco de interrupção de atividades laboratoriais essenciais;
- impacto negativo na segurança alimentar da tropa.

12.8 Com base no histórico de 170 análises realizadas no ano de 2025, das quais 10 demandaram diretamente o uso de polarímetro, e considerando a precisão e a celeridade exigidas nos ensaios, conclui-se que a aquisição de 01 unidade de polarímetro é necessária e suficiente para atender às demandas do LIAB/5, assegurando a continuidade das atividades laboratoriais, a confiabilidade dos ensaios e a manutenção da segurança alimentar da tropa.

### 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 A aquisição do polarímetro trará benefícios relevantes para o desempenho das atividades do Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB/5), contribuindo diretamente para o fortalecimento da capacidade técnica e operacional desta Organização Militar no cumprimento de suas atribuições de inspeção e controle de qualidade de gêneros alimentícios destinados ao consumo da tropa.

13.2 Como benefício principal, destaca-se o aumento da confiabilidade, precisão e padronização das análises laboratoriais, especialmente nos ensaios de polarização do açúcar, conforme exigido pelo BT 30.404-19. A tecnologia do equipamento proporciona leituras automáticas da rotação óptica com alta sensibilidade, elevando a qualidade dos resultados obtidos, eliminando a subjetividade do operador e reduzindo drasticamente a possibilidade de erros analíticos em produtos sacarídeos.

13.3 Adicionalmente, a aquisição proporcionará maior autonomia técnica e operacional ao LIAB/5, reduzindo a necessidade de encaminhamento de amostras para laboratórios externos ou a dependência de apoio de outras organizações. Isso resulta em maior celeridade na emissão de laudos técnicos e na tomada de decisões administrativas estratégicas relacionadas ao recebimento, aceitação ou rejeição de lotes de açúcar e derivados.

13.4 Outro benefício relevante consiste na redução de riscos operacionais, uma vez que um equipamento moderno e adequado às normas de bromatologia garante maior segurança na execução dos procedimentos, minimizando falhas decorrentes de descalibração de aparelhos antigos e assegurando a rastreabilidade dos métodos empregados na fiscalização de contratos.

13.5 No aspecto administrativo e logístico, a aquisição contribui para a eficiência e economicidade, evitando custos com manutenções corretivas frequentes em equipamentos obsoletos e prevenindo o aceite de gêneros alimentícios em desconformidade técnica (adulterados ou impuros), o que protege o erário contra prejuízos em aquisições de larga escala.

13.6 Por fim, a contratação assegura a manutenção da prontidão logística e sanitária, garantindo que o açúcar e demais itens essenciais distribuídos à tropa sejam submetidos a controles rigorosos. Tal medida promove a segurança alimentar, a preservação da saúde do efetivo e o estrito cumprimento das normas técnicas aplicáveis às atividades de inspeção e bromatologia do Exército Brasileiro.

## 14. Providências a serem Adotadas

14.1 Não foi evidenciada necessidade de adequações no ambiente do órgão.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 A aquisição do polarímetro caracteriza-se como contratação de material permanente, não gerando impactos ambientais significativos durante sua aquisição e instalação, uma vez que se trata de um instrumento de precisão óptica destinado ao uso laboratorial interno, sem a emissão de efluentes ou gases poluentes.

15.2 Durante sua utilização, o principal impacto ambiental indireto refere-se ao consumo de energia elétrica. Ressalta-se que, por tratar-se de um equipamento moderno e microprocessado, o polarímetro apresenta alta eficiência energética e sistemas de desligamento automático de fontes de luz (como LEDs de sódio), o que contribui para a redução do consumo e a sustentabilidade das operações no LIAB/5 em comparação a modelos analógicos obsoletos.

15.3 Outro ponto de atenção refere-se ao descarte de amostras de açúcares e soluções sacarídeas utilizadas nas leituras. Contudo, tais resíduos são biodegradáveis e já fazem parte da rotina de análises do laboratório, sendo processados conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) e as normas internas de descarte, não representando um novo passivo ambiental decorrente desta aquisição.

15.4 Ao final da vida útil do equipamento, poderá haver impacto relacionado ao descarte de componentes eletrônicos, ópticos e metálicos. Nesse sentido, eventual substituição ou inutilização futura deverá observar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com o encaminhamento dos componentes para logística reversa ou descarte ambientalmente adequado de resíduos tecnológicos.

15.5 Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais associados ao polarímetro são mínimos e plenamente controláveis, sendo mitigados pelo uso racional de insumos e pela observância das boas práticas laboratoriais e de gestão de patrimônio da Organização Militar.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 A viabilidade da contratação do polarímetro fundamenta-se na convergência entre a necessidade técnica operacional e a busca pela eficiência administrativa, consolidando-se como a solução mais adequada para o Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB/5). Tecnicamente, o equipamento é o instrumento padrão e insubstituível para o cumprimento do BT 30.404-19, permitindo a aferição precisa da polarização do açúcar e garantindo que os laudos de inspeção possuam a confiabilidade necessária para a certificação de alimentos destinados à tropa. Do ponto de vista econômico e jurídico, a escolha do Pregão Eletrônico, conforme a Lei nº 14.133 /2021, assegura a seleção da proposta mais vantajosa mediante ampla competitividade, evitando gastos elevados com a terceirização de ensaios e prevenindo prejuízos ao erário ao permitir a identificação imediata de produtos fora das especificações contratuais. Além disso, a internalização dessa capacidade analítica promove a autonomia do laboratório e a continuidade do serviço público, mitigando riscos sanitários e garantindo a segurança alimentar do efetivo por meio de um controle de qualidade rigoroso e moderno. Portanto, a aquisição é viável e essencial, pois alinha a modernização do parque tecnológico militar aos princípios da economicidade, finalidade e interesse público.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ESTEVAN ROGERIO FERREIRA DE BORBA**

Ordenador de Despesa

Documento assinado digitalmente



**ADRIANA MENDONCA GALLOTTI**

Data: 23/04/2026 11:34:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ADRIANA MENDONCA GALLOTTI**

Chefe do LIAB

Documento assinado digitalmente



**MARINA NAZARI DEMARCHI**

Data: 22/04/2026 15:05:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MARINA NAZARI DEMARCHI**

Adjunto do LIAB

Documento assinado digitalmente



**GIOVANI KROCHESKI**

Data: 22/04/2026 14:33:46-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**GIOVANI KROCHESKI**

Aux do LIAB

## 5. BATALHAO DE SUPRIMENTO

## Contrato 14/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	160222-5. BATALHAO DE SUPRIMENTO	MARCOS FERNANDO AMORIM DE LEMOS	29/04/2026 10:54 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	4/2026	64154.002386/2026-61

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**5º BATALHÃO DE SUPRIMENTO**  
**BATALHÃO GENERAL FELIPE ANTÔNIO XAVIER DE BARROS**  
**(Sv Subs Mil 5ª RM / 1934)**

**(Minuta do Contrato)**

(Processo Administrativo nº 64154.002386/2026-61)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) .....  
E .....

A União por intermédio do 5º Batalhão de Suprimento, com sede na Av. Silva Jardim, nº 110, Rebouças, na cidade de Curitiba/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.342.197/0001-09, neste ato representado pelo, Sr. Ten Cel ESTEVAN ROGÉRIO FERREIRA DE BORBA, nomeado pela Portaria C EX nº618, de 22 de maio de 2025, publicada no DOU de 23 de maio de 2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado (a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos

autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 64154.002386/2026-61 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de polarímetro para dar continuidade às atividades do LIAB do 5º Batalhão de Suprimento, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]				
X	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
****	****	****	****	****	****

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado a partir a data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em XXXXX, Seção Judiciária de XXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ESTEVAN ROGERIO FERREIRA DE BORBA  
Ordenador de Despesas



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
5º BATALHÃO DE SUPRIMENTO  
“BATALHÃO FELIPPE ANTÔNIO XAVIER DE BARROS”  
(Sv Subs Mil 5ª RM / 1934)**

**ANEXO III – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO**

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM
XXX	XXXX
CUSTO DE AQUISIÇÃO / PRODUÇÃO EM R\$ (A)	
MATÉRIA PRIMA	
EMBALAGEM	
CUSTO OPERACIONAL	
CUSTO DO PRODUTO	
IMPOSTOS E TAXAS EM R\$ (B)	
PIS e COFINS	
ICMS	
I.R. e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
TRANSPORTE - CUSTO DE CARGA E DESCARGA EM R\$ (C)	
FRETE	
OUTROS CUSTOS EM R\$ (D)	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
LUCRO	
CUSTO TOTAL DO ITEM (A+B+C+D = VALOR DO LANCE) EM R\$	

**TABELA DE PUNIÇÕES – ANEXO IV**

GRAU	MULTA	IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO E DESCREDENCIAMENTO NO SICAF
	COMPENSATÓRIA	PRAZO
1	1% por ocorrência	Mínimo : 1 mês - Máximo: 1 ano
2	2% por ocorrência	Mínimo: 1 mês - Máximo: 2 anos
3	3% por ocorrência	Mínimo: 6 meses - Máximo: 3 anos
4	4% por ocorrência	Mínimo: 3 anos - Máximo: 5 anos
5	5% por ocorrência	Mínimo: 4 anos - Máximo: 5 anos

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Não celebrar o contrato no prazo de convocação, durante a vigência de sua proposta	3
2	Deixar de entregar documentação exigida na licitação	2
3	Deixar de encaminhar os anexos no prazo de convocação, durante a fase de aceitação	2
4	Cometer atos protelatórios, durante os procedimentos licitatórios, com intuito de adiamento dos prazos da licitação	2
5	Interpor recursos sem motivação fundamentada, ou com motivação descabida, ou com motivação genérica, prejudicando a condução da licitação	3
6	Não manter a proposta durante o prazo de validade da mesma	3
7	Desistir de Proposta de Preços após início da Fase de Habilitação	1
8	Não comprovar a regularidade fiscal, no prazo fixado no edital, de que trata o §4º do artigo 4º do Decreto no 6.204/2007	3
9	Apresentar documentação falsa	4
10	Fazer declaração falsa ou omitir informações	4
11	Cometer fraude fiscal	4
12	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer mais de uma das faltas previstas nos subitens anteriores.	5

1. No processo de aplicação da sanção administrativa é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.
2. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação.
3. Se o valor da multa a que se refere o 12.2.2 não for paga ou depositado será descontada da garantia, inexistindo essa ou a mesma sendo insuficiente, será descontado do (s) créditos/pagamento(s) a que o CONTRATADO fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do CONTRATADO o valor devido será cobrado administrativa e/ou judicialmente.
4. No enquadramento do fato à tabela de infrações, será respeitado o Princípio da Especialidade e na aplicação da sanção, o Princípio da Proporcionalidade. A reincidência específica ensejará a elevação de grau de infração para o subsequente.
5. No processo de apuração de infração e aplicação de sanção administrativa, deverá ser observada a artigo 155 e 156 da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021.
6. As sanções previstas no item 12 (Multa e Impedimento de Licitar e Contratar com a União), poderão ser aplicadas cumulativamente.
7. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
8. Sanções relativas à execução do contrato:
9. O desatendimento, pelo CONTRATADO, de quaisquer exigências deste Contrato e seus anexos, garantida a prévia defesa e, de acordo com a conduta reprovável (infração), o sujeitará às sanções administrativas previstas no artigo 155 e 156 da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021.:

I. Advertência

II. Multas, de acordo com o percentual e a base de cálculo constante da Tabela abaixo, que deverão ser recolhidas em agências do Banco do Brasil S.A., por meio da Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser preenchida de acordo com instruções fornecidas pela Administração; e

III. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 anos.

GRAU	ADVERTÊNCIA NA 1ª OCORRÊNCIA	MULTA e BASE DE CÁLCULO		IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO E DESCRENCIAMENTO NO SICAF
		Mora Diária Valor Total Empenho	Compensatória Valor Total Empenho	
1	Sim	Não	Não	Não
2	Não	0,5% por ocorrência	5 % por ocorrência	Mínimo: 1 mês - Máximo: 2 anos
3	Não	0,7% por ocorrência	8% por ocorrência	Mínimo: 6 meses - Máximo: 3 anos
4	Não	0,8% por ocorrência	12% por ocorrência	Mínimo: 3 anos - Máximo: 5 anos
5	Não	0,9% por ocorrência	15% por ocorrência	Mínimo: 4 anos - Máximo: 5 anos

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas leves	1
2	Não entrega de documentação simples solicitada pelo CONTRATANTE	1
3	Atraso parcialmente justificado na execução	1
4	Atraso injustificado na execução	2
5	Descumprimento de prazos, exceto quanto aos itens 3 e 4 supra	3



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
5º BATALHÃO DE SUPRIMENTO  
“BATALHÃO FELIPPE ANTÔNIO XAVIER DE BARROS”  
(Sv Subs Mil 5ª RM / 1934)**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

PROPONENTE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

FONE/FAX: \_\_\_\_\_

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 90004/2026, Aquisição de polarímetro para dar continuidade às atividades do LIAB instaurado pelo Processo de nº 64154.002386/2026-61, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7746 de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes nos Anexos da Instrução Normativa nº 6, de 24 de março de 2014 do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome:

RG/CPF:

Cargo: